

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABERAÍ - GO

Termo de Referência 493/2025

Informações Básicas

Número do artefato

UASG

493/2025

Editado por

REGINA CAMARGO DE OLIVEIRA

Atualizado em

09/01/2026 10:42 (v 0.11)

Status

DISPONIBILIZADO

Outras informações

Categoria

V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado

Número da Contratação

Processo Administrativo

39769

1. Definição do objeto

1.1.Contratação de prestação de serviços: manutenção de janelas, portas e esquadrias nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO		UNIDADE	QUANT.	VALOR. UNIT.	VALOR TOTAL
01	5800	INSTALAÇÃO / MANUTENÇÃO VIDRO COMUM - PORTA / JANELA	MANUTENÇÃO - LIMPEZA DE TRILHOS E AJUSTES EM PORTAS E JANELAS DE VIDRO	UNID.	01	R\$: 24.306,60	R\$: 24.306,60
			MANUTENÇÃO - PORTA DE ESQUADRIA				
			MANUTENÇÃO DE JANELAS DE VIDRO				
			MANUTENÇÃO DE PORTAS PIVOTANTES				

1.2. Descrições abaixo dos serviços que serão executados por um período de 12 meses conforme a demanda apresentada:

TABELA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS REFERENCIAL								
LOTE	CÓD.	DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE	QTD. MÍNIMA	QTD. MÁXIMA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
			Manutenção Preventiva: Verificação periódica das condições das	UNID.	02	66	100,00	6.600,00

01	5800	INSTALAÇÃO / MANUTENÇÃO VIDRO COMUM – PORTA / JANELA	portas, esquadrias e painéis de vidro, com realização de ajustes e lubrificação, substituição de componentes desgastados (como fechaduras, dobradiças e vedantes) e limpeza adequada.					
			Manutenção Corretiva: Reparação de danos ocasionados por intempéries, acidentes ou desgaste natural. O serviço incluirá o conserto de portas e janelas, substituição de vidros quebrados ou rachados, reparos em esquadrias de madeira, metal,pvc ou alumínio, e a correção de defeitos de funcionamento (como alinhamento e travamento).	UNID.	01	33	250,00	8.250,00
			Manutenção Emergencial: Atendimento a situações de urgência, como vidros quebrados, portas que não fecham corretamente ou esquadrias danificadas que comprometam a segurança dos alunos e funcionários.	UNID.	02	57	100,00	5.700,00
			MANUTENÇÃO DE PORTAS PIVOTANTES	UNID.	01	45	83,48	3.756,60
TOTAL							24.306,60	

- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 144, de 31 de janeiro de 2023.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 MESES contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021 .
- 1.5. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar 498/2025.
- 1.6. Qualquer divergência que haja entre a descrição de um item no sistema Comprasnet e neste Termo de Referência, prevalecerá sempre a descrição do item deste Termo de Referência para fins, tanto de apresentação de proposta por parte do proponente quanto para a execução do serviço ou entrega do material.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares 498 /2025, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação não possui previsão em plano de contratação anual.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminar 498/2025, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1.Optar por materiais e produtos de manutenção que sejam ambientalmente seguros, como tintas e selantes livres de compostos orgânicos voláteis (COVs).

4.1.2.Planejar a logística de transporte para reduzir as emissões associadas ao deslocamento de materiais e equipes.

4.1.3.Descarte correto dos rejeitos deverá ser realizado pela contratada;

4.1.4.Utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Coletiva (EPCs).

4.1.5.Descrição Detalhada dos Serviços:

4.1.5.1 Manutenção Preventiva: Verificação periódica das condições das portas, esquadrias e painéis de vidro, com realização de ajustes e lubrificação, substituição de componentes desgastados (como fechaduras, dobradiças e vedantes) e limpeza adequada.

4.1.5.2.Manutenção Corretiva: Reparação de danos ocasionados por intempéries, acidentes ou desgaste natural. O serviço incluirá o conserto de portas e janelas, substituição de vidros quebrados ou rachados, reparos em esquadrias de madeira, metal,pvc ou alumínio, e a correção de defeitos de funcionamento (como alinhamento e travamento).

4.1.5.3.Manutenção Emergencial: Atendimento a situações de urgência, como vidros quebrados, portas que não fecham corretamente ou esquadrias danificadas que comprometam a segurança dos alunos e funcionários.

4.1.5.4. manutenção em portas pivotantes;

4.1.5.4. Abrangência do Serviço: Unidades Escolares e sede da SME: O serviço será prestado em todas as unidades escolares municipais e sede da SME, incluindo escolas de ensino fundamental, cmeis e creche, abrangendo todos os tipos de portas, esquadrias e painéis de vidro. Tipos de Componentes a Serem Atendidos: Portas de vidro ,esquadrias além de painéis de vidro fixos ou móveis;

4.2.O prestador de serviço deverá contar com profissionais qualificados, como vidraceiros e técnicos especializados, com experiência na manutenção e reparo de portas, esquadrias e vidros;

4.3.Devem ser retirados os pedaços de vidros danificados, caso necessário. A instalação deve ser com material apropriado (massa, silicone e afins).

4.4.Os serviços de manutenção não deverão obstruir o andamento das rotinas de trabalho dos ambientes.

4.5.Atendimento a Normas Técnicas: O prestador de serviços deve atender às normas técnicas e regulamentações vigentes, como as normas de segurança do trabalho, normas de acessibilidade e as normas de qualidade aplicáveis.

4.6.Certificação e Garantia: O prestador deverá oferecer garantia mínima para os serviços executados, que poderá variar conforme o tipo de reparo (entre 6 a 12 meses). O prestador de serviços deverá entregar no ato de entrega da prestação de serviços um termo de garantia do serviço onde constara de forma explícita a data de darantia da prestação de serviços ao fiscal do contrato que acompanhara a prestação de serviços .

4.7.Atendimento a Normas Técnicas: O prestador de serviços deve atender às normas técnicas e regulamentações vigentes, como as normas de segurança do trabalho, normas de acessibilidade e as normas de qualidade aplicáveis.

4.8.Assumir despesas inerentes às execuções contratadas, sejam de natureza social ou a título de indenização decorrentes de eventuais acidentes de trabalho ou danos de qualquer espécie, responsabilizando-se também por danos a terceiros.

4.9.Ressarcir os danos causados em equipamentos e outros bens de propriedade da empresa, ou de terceiros, ocasionados por seus empregados, em virtude de dolo ou culpa, durante a execução do objeto;

4.10.Orientar os empregados que durante a permanência nas dependências das Unidades Escolares devem cumprir rigorosamente os regulamentos de segurança e disciplina por ela instituídos.

4.11.Cumprir as disposições do Código de Proteção do Consumidor, instituído pela Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990.

4.12.Especificações dos Materiais e Equipamentos, todos os materiais utilizados nos reparos e manutenções (vidros, esquadrias, ferragens, vidros temperados ou laminados, etc.) devem ser de alta qualidade, conforme as especificações técnicas adequadas, e possuir certificados de procedência e conformidade.

4.13.Equipamentos de Trabalho: O prestador de serviços deve dispor de equipamentos adequados para a realização dos serviços de forma segura e eficiente, como ferramentas de corte, solda, ferramentas manuais, entre outros.

4.14.Segurança e Acessibilidade: Segurança do Trabalho: O prestador de serviço deve observar todas as normas de segurança, com fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para os trabalhadores envolvidos nas atividades.

4.15.Acessibilidade: As intervenções devem respeitar as normas de acessibilidade, garantindo que as portas e janelas atendam a requisitos de acesso para pessoas com deficiência.

4.16.Sistema de Monitoramento e Controle: Relatórios e Registros: O prestador deverá fornecer relatórios ao fiscal administrativo sobre os serviços realizados, incluindo descrições dos defeitos identificados, os serviços executados e os materiais utilizados, bem como eventuais recomendações de melhorias.

4.17.Controle de Qualidade: O acompanhamento da qualidade dos serviços será realizado periodicamente, com base em critérios de funcionalidade, segurança e durabilidade dos reparos;

4.18. Observância ao Decreto Municipal 1417/21 Em virtude de aplicação do inciso I do art. 48 da LC 123/2006 com a redação alterada pela LC 147 /2014, bem como a aplicação do Decreto Municipal nº 1417/2021, a presente licitação deve ser exclusiva para ME/EPP. Decreto Municipal nº 1417/2021:

Artigo 1º Caput: Nas contratações públicas de bens, serviços e obras, deverá ser concedido tratamento favorecido diferenciado e simplificado para as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, Agricultores Familiares, Produtores Rurais Pessoas Físicas, Microempreendedores Individuais e Sociedades Cooperativas de consumo.

Art. 11. Nas contratações públicas da Administração Direta e Indireta, Autárquica e Fundacional do Município, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.

Art.12. Para cumprimento do disposto no artigo anterior, a Administração Pública realizará processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$80.000,00 (oitenta mil reais).

1º. §Será considerado, para efeitos dos limites de valor estabelecidos neste artigo, cada item separadamente ou, nas licitações por preço global, o valor estimado para o grupo ou o lote da licitação que deve ser considerado como um único item, assim, deve-se sempre observar os valores individualmente aplicando a exclusividade aos itens ou lotes que não excederem o valor de R\$80.000,00 (oitenta mil reais).

Art. 23. Não se aplica o disposto da exclusividade e subcontratação, quando:

I - Não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente identificadas no momento da construção do quadro referencial de preços e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

II - O tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, ou onerar a proposta acima do valor de mercado, justificadamente no edital;

III - A licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos artigos 24 e 25 da Lei Federal nº 8.666/1993, excetuadas as dispensas tratadas pelos incisos I e II do caput do referido art. 24, nas quais a compra deverá ser feita, preferencialmente por microempresas e empresas de pequeno porte, observados, no que couber, os incisos I, II, IV do caput deste artigo; ou

IV - O tratamento diferenciado e simplificado não for capaz de alcançar, justificadamente, pelo menos um dos objetivos previstos no art. 1º;

Parágrafo único. Para o disposto no inciso II do caput, considera-se não vantajosa a contratação quando:

I - Resultar em preço superior ao valor estabelecido como referência; ou

II - A natureza do bem, serviço ou obra for incompatível com a aplicação dos benefícios

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.19. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares: 486/2024 (não se aplica nesse processo)

Da exigência de amostra

4.20. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados. (não se aplica nesse processo)

Da exigência de carta de solidariedade

4.21. Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato. (não se aplica)

Subcontratação

4.22. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.23. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. A CONTRATADA deverá executar os serviços conforme a natureza da demanda, no prazo de 2 (dois) dias corridos para os serviços emergenciais e de 3 (três) dias úteis para as manutenções preventivas, contados a partir da convocação formal realizada pelo órgão demandante, por meio eletrônico.

5.1.1A ordem de fornecimento será emitida após a apresentação do relatório técnico da CONTRATADA, no qual deverão constar os serviços necessários à manutenção, sendo a execução realizada em remessa única.

5.2. Os serviços serão executados de forma fracionada conforme a ordem de fornecimento emitida pelo órgão demandante e demanda apresentada das unidades escolares;

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos (1) dia de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. A prestação de serviços deverá ser executada nos endereços abaixo:

ITEM	NOMES DAS UNIDADES ESCOLARES	ENDEREÇO DA UNIDADE ESCOLAR
01	CMEI NORMA CABRAL DE OLIVEIRA	RUA 05 S/N RESIDENCIAL ANA MARCELA
02	CMEI SANTA CLARA	RUA S ESQUINA COM A T6 QD 20 LT 12/13 VILA COMUNITÁRIA
03	CMEI FILHOS DE DAVI	RUA SAO DIMAS S/N SÃO DIMAS
04		

	CRECHE SÃO FRANCISCO	RUA 21 QD 51 LT 03 - JARDIM CABRAL
05	CMEI MARIA HELENY PERILLO VIEIRA DA CUNHA	AVENIDA EIXO NORTE SUL, ESQ. C/ RUAS 09,10 E 11, SN, LOTEAMENTO RESIDENCIAL ITAVILLY
06	CENTRO EDUCACIONAL JOÃO SILVESTRE DA SILVA	RUA AVENIDA PEDRAS BRILHANTES, S/Nº, QD. 21, LOTE AIN2 – LOTEAMENTO ALTO DA BELA VISTA
07	ESCOLA MUNICIPAL JUCA LUDOVICO	PRAÇA MARIA BUENO GALVÃO - VILA BOA ESPERANÇA
08	ESCOLA MUNICIPAL PADRE ELÍGIO SILVESTRI	RODOVIA GO 156 KM 2 FERNANDA PARK
09	ESCOLA MUNICIPAL GENOVEVA CABRAL	RUA 17 QD 40 LT13 JARDIM CABRAL
10	ESCOLA MUNICIPALIZADA JERÔNIMO JOSÉ DA SILVA	RUA EXPEDICIONÁRIO ABEL MENDANHA- VILA DOM CANDIDO PENSO
11	ESCOLA MUNICIPALIZADA IRANI COSTA	AVENIDA 15 ESQ COM RUA 22 VILA LEONOR
12	ESCOLA MUNICIPALIZADA MODESTINA FONSECA	RUA 9 ESQ COM RUA 04 VILA LEONOR
13	ESCOLA MUNICIPALIZADA SÃO DIMAS	RUA SÃO DIMAS CENTRO - SÃO DIMAS
14	ESCOLA MUNICIPALIZADA SÃO BENEDITO	AVENIDA CENTRAL S/N CENTRO POVOADO DE SAO BENEDITO
15	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	RUA MINISTRO GUIMARÃES NATAL Nº 50 - CENTRO

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

6.6. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto Municipal nº 142, de 2023](#));

6.7.. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Decreto Municipal nº 142, de 2023](#));

6.7.1. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto Municipal nº 142, de 2023](#));

6.7.2. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto Municipal nº 142, de 2023](#)).

6.7.3. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto Municipal nº 142, de 2023](#)).

6.7.4. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto Municipal nº 142, de 2023](#)).

6.8. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Decreto Municipal nº 142, de 2023](#)).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto Municipal nº 142, de 2023](#)).

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto Municipal nº 142, de 2023](#)).

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto Municipal nº 142, de 2023](#)).

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto Municipal nº 142, de 2023](#)).

6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto Municipal nº 142, de 2023](#)).

6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto Municipal nº 142, de 2023](#)).

6.10. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. ([Decreto Municipal nº 142, de 2023](#)).

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto Municipal nº 142, de 2023](#)).

7. Critérios de medição e pagamento

Recebimento do Objeto

7.1.A prestação de serviços será recebida provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. A prestação de serviços poderá ser rejeitada, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser reparada no prazo de 5(cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de cinco (5) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e consequente aceitação mediante atesto do fiscal.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de (10) **dez dias úteis** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (**dez**) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **INPC** de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.24. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 03/12/2025.

7.2. Os preços inicialmente contratados serão reajustáveis anualmente, levando em consideração a data base da proposta do Contratado, conformesolicitação do contratado, levando em consideração o índice INPC.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade pregão / Sistema de Registro de Preços com modo de disputa aberto, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo [MENOR PREÇO]

Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.2.1. Apresentar a composição de custos;

8.2.2. O fornecedor deverá apresentar carta proposta contendo o valor unitário conforme modelo disponibilizado em anexo a este termo de referência;

Habilitação jurídica

8.3. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.4. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.5. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.7. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.10. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (Cartão CNPJ);

8.11. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional (CND da Secretaria da Receita Federal do Brasil);

8.12. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital (CND Estadual/Distrital);

8.13. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital (CND Municipal/Distrital) do domicílio ou sede do fornecedor;

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (Certificado do FGTS);

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT);

8.16. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.17. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.18. Certidão Negativa de Falência com data de emissão não superior à 60 (sessenta dias) expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

Qualificação Técnica

8.19. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente.

8.20. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.21. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.22. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.23. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.24. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#); Quando for o caso.

8.25. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados; quando for o caso.

8.26. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço; quando for o caso.

8.27. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#); quando for o caso.

8.28. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; quando for o caso.

8.29. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; quando for o caso.

8.30. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador. quando for o caso.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 24.306,60

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

9.1.O custo estimado total da contratação é de R\$:24.306,60 (vinte e quatro mil reais,trezentos e seis reais e sessenta centavos), apurados através de:

I - Composição de custos unitários nos sistemas oficiais de governo, compras.gov.br pesquisa número ;

TABELA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS REFERENCIAL								
LOTE	CÓD.	DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE	QTD. MÍNIMA	QTD. MÁXIMA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	5800	INSTALAÇÃO / MANUTENÇÃO VIDRO COMUM – PORTA / JANELA	Manutenção Preventiva: Verificação periódica das condições das portas, esquadrias e painéis de vidro, com realização de ajustes e lubrificação, substituição de componentes desgastados (como fechaduras, dobradiças e vedantes) e limpeza adequada.	UNID.	02	66	100,00	6.600,00
			Manutenção Corretiva: Reparação de danos ocasionados por intempéries, acidentes ou desgaste natural. O serviço incluirá o conserto de portas e janelas, substituição de vidros quebrados ou rachados, reparos em esquadrias de madeira, metal,pvc ou alumínio, e a correção de defeitos de funcionamento (como alinhamento e travamento).	UNID.	01	33	250,00	8.250,00
			Manutenção Emergencial: Atendimento a situações de urgência, como vidros quebrados, portas que não fecham corretamente ou esquadrias danificadas que comprometam a segurança dos alunos e funcionários.	UNID.	02	57	100,00	5.700,00
			MANUTENÇÃO DE PORTAS PIVOTANTES	UNID.	01	45	83,48	3.756,60

TOTAL	24.306,60
-------	-----------

9.2.Não foram verificadas a composição de custo na pesquisa realizada na ferramenta Pesquisa de Preços, portanto segue acima a planilha de composição de custos referencial, devendo cada licitante demonstrar a sua composição de custos junto à sua proposta comercial.

9.3.A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do processo;

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão/Unidade: Gestão Administrativa da Sec. de Educação

Fonte de Recursos: 115

Dotação:12.122.1112.2.110

Elemento de Despesa: Outros Serviços de terceiros - Pessoa Jurídica

Ficha: 1061

Natureza: 3.3.90.39.00

conta:575862947-9

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

REGINA CAMARGO DE OLIVEIRA

supervisora administrativa/equipe de planejamento



Assinou eletronicamente em 09/01/2026 às 10:38:32.

MIRIAN ALVES RODRIGUES

supervisora administrativa/equipe de planejamento



Assinou eletronicamente em 09/01/2026 às 10:42:23.